



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA
06.12.2023

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
1 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

SUMÁRIO

- [REFORMA ESTIMULA SEPARATISMO – O Popular](#)
- [AUMENTO DE ALÍQUOTA DO ICMS É APROVADO EM VOTAÇÃO RELÂMPAGO NA ASSEMBLEIA – O Popular](#)
- [A PARADA DO PIB – Folha de São Paulo](#)
- [ESTABILIDADE VEXATÓRIA – Folha de São Paulo](#)
- [O LIBERALISMO É CHATO – Folha de São Paulo](#)
- [CONGRESSO RESISTE A ATENDER LULA E TURBINAR PAC COM DINHEIRO DE EMENDAS – Folha de São Paulo](#)
- [MINISTROS DE LULA, DO STF E ARAS AJUDAM DINO E GONET NO SENADO – Folha de São Paulo](#)
- [DEBATE SOBRE STF NAS REDES É PUXADO PELA DIREITA E TEM MORAES COMO PROTAGONISTA – Folha de São Paulo](#)
- [STJ DETERMINA QUE PLANO DE SAÚDE PAGUE POR CIRURGIA DE MUDANÇA DE SEXO – O Hoje](#)
- [COM ACORDO EM XEQUE, LÍDERES SE REÚNEM NO RIO – Correio Braziliense](#)
- [43 MIL ARMAS PARA O CRIME – Correio Braziliense](#)
- [SEGURANÇA JURÍDICA NO MERCADO DE CAPITAIS E O CASO USIMINAS – Correio Braziliense](#)
- [STJ NEGA DEDUÇÃO DE PLR DE DIRETOR EMPREGADO DO IRPJ – Valor Econômico](#)
- [1ª TURMA DO STF NEGA VÍNCULO ENTRE MOTORISTA E APLICATIVO – Valor Econômico](#)
- [MULHERES SÃO MAIORIA NOS ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA, MAS MINORIA ENTRE SÓCIOS – Valor Econômico](#)
- [O STF, O FEEF E A DESORDEM TRIBUTÁRIA – Valor Econômico](#)
- [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 06.12.2023 – PÁG. 03

Reforma estimula separatismo

Ivone Maria Silva



O Senado aprovou com ajustes a proposta de emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019, remetida pela Câmara dos Deputados no início de julho, mas, por enquanto, essa reforma abrange pequena parte do sistema tributário, incluindo apenas aquela legislação que afeta os cinco tributos sobre o consumo, que seriam substituídos por três: Imposto estadual sobre Bens e Serviços (IBS), Contribuição federal sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto Seletivo (IS).

Aparentemente, o sistema deverá ficar mais simplificado, mas ainda será necessário que a Câmara dos Deputados analise os pontos alterados. Se não houver entendimento sobre determinadas mudanças, é provável que a PEC seja aprovada apenas com os pontos já aprovados pelas duas Casas. Por isso, parte da tão decantada reforma tributária só deverá ser mesmo implantada em 2025, o que equivale a dizer que seus resultados deverão começar a aparecer em 2026. Além disso, a transição deverá durar sete anos, ou seja, antes de 2033, o País não sentirá os efeitos práticos dessa reforma.

Para compensar perdas na arrecadação que essa medida poderá provocar, o governo de Goiás, inclusive, pretende encaminhar projeto de lei à Assembleia Legislativa para aumentar a alíquota-padrão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para 19%, mas não se pode esquecer que faz parte da reforma tributária eliminar este imposto, substituindo-o por outro. Sem contar que governadores do Sul e Sudeste também já sinalizaram que vão aumentar as alíquotas.

Seja como for, trata-se, por enquanto, de uma pequena parte da reforma tributária. Como se sabe, a parte mais significativa (e mais ameaçadora) é aquela que estabelece que Estados mais populosos teriam direito a receber um retorno maior em impostos, o que significa estabelecer que há Estados menos importantes. Obviamente, a concentração nas mãos da União de um poder absoluto sobre a distribuição da arrecadação tributária só seria cabível num Estado totalitário. Parece claro que isso deverá também estimular um sentimento separatista, tal como ocorreu no começo do século XIX na América espanhola.

Até porque há a intenção de acabar com os incentivos fiscais, o que condenaria Estados fora do eixo Sul-Sudeste ao subdesenvolvimento. Afinal, sem incentivos fiscais, estes Estados não poderiam estimular a atração de indústrias e empresas de outros segmentos que, ao longo dos anos, acabariam por produzir mais empregos. Na verdade, o melhor modelo de tributação seria aquele adotado nos Estados Unidos, onde cada ente federativo tem um sistema de tributação. Com isso, os Estados do interior poderiam atrair empresas que, por meio de incentivos fiscais, haveriam de compensar os custos que teriam de enfrentar com armazenagem e transporte até o Litoral.

Por isso, o que se espera é que os parlamentares não abandonem a ideia da federação, inclusive para preservar as instituições a que transitoriamente pertencem. Nem coloquem a perder um sistema que está gerando crescimento, arrancando determinadas regiões do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste do subdesenvolvimento, sem que isso esteja prejudicando ou impedindo a evolução econômica do Sul e do Sudeste.

JORNAL – O POPULAR – 06.12.2023 – PÁG. 06

Aumento de alíquota do ICMS é aprovado em votação relâmpago na Assembleia

Proposta passa com 27 a 10 em 15 segundos, com reclamações da oposição de falta de transparência; governador volta a culpar reforma tributária por alta

Rubens Salomão

Os deputados estaduais aprovaram nesta terça-feira (05), em primeira votação, o projeto de Lei que altera o Código Tributário e aumenta de 17% para 19% a alíquota modal do Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em Goiás. A matéria ainda precisa ser confirmada em segunda votação, nesta quarta-feira (06). A previsão da Secretaria Estadual de Economia é de que a elevação do tributo deve gerar quase R\$ 400 milhões adicionais em 2024.



A forma de apreciação, no entanto, causou intenso debate entre deputados, já que a oposição foi pega de surpresa depois que o projeto teve leitura e aprovação em período de apenas 15 segundos, enquanto a sessão estava sob a presidência do vice-líder do governo, Talles Barreto (UB). A ação do governista foi realizada em meio à tramitação de vetos do governador Ronaldo Caiado (UB), que foram organizados em bloco, o que dispersou a atenção dos parlamentares. Assim, nenhum opositor se atentou para a discussão ou para a votação simbólica, em que deveriam se manifestar para registrar a posição contrária.

Com a matéria já aprovada, deputados passaram a pedir a palavra para registrar em ata o voto contra o texto e Clécio Alves (Republicanos) encabeçou intensa discussão contra a postura de Talles, com reclamações sobre “manobra” e “falta de transparência”, até que o presidente da Casa, Bruno Peixoto (UB), interveio e assumiu o comando da sessão ordinária. Diante das reclamações dos opositores, o presidente determinou o registro do resultado no placar eletrônico e abriu tempo para discursos nos encaminhamentos de votos, mesmo depois de feito o encerramento da votação. Foram contra o aumento do ICMS os deputados Clécio

Alves, Fred Rodrigues (DC), Bia de Lima, Antônio Gomide e Mauro Rubem (PT); Paulo Cezar Martins, Major Araújo e Delegado Eduardo Prado (PL), além de Gustavo Sebba e José Machado (PSDB).

“Alguns deputados da oposição admitiram aqui, quando pediram para registrar em ata o voto contrário, que houve desatenção por parte deles. Não houve manobra e aconteceu tudo como sempre acontece aqui na Casa. Só houve reclamação porque é um projeto polêmico”, afirmou o líder do governo, Wilde Cambão (PSD). Antes da apreciação de matérias da ordem do dia, os deputados Paulo Cezar, Eduardo Prado e Clécio Alves chegaram a apresentar requerimento para a retirada do aumento do ICMS da pauta até que a reforma tributária tenha aprovação de texto final pelo Congresso Nacional. O pedido foi rejeitado pela base governista pelo mesmo placar.

Mérito

Durante a discussão, opositores voltaram a criticar o aumento. Eduardo Prado citou nota técnica do Ministério da Fazenda que nega que a elevação seja causada por imposição da reforma tributária, ainda em tramitação na Câmara dos Deputados. A reforma define a média de arrecadação dos próximos cinco anos como critério para a distribuição do futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS e o municipal ISS.

Já Clécio Alves citou manifestação contrária de representantes de 19 entidades do setor produtivo presentes na audiência pública realizada pela Casa na segunda-feira (04). Caiado voltou a apontar a reforma tributária como principal motivador para o aumento. “Não fui eu que fiz isso. Eu pergunto: é o pensamento imediato ou de governabilidade do estado para o futuro? Tem estado com 22%, 21%, e nós estamos com o menor percentual. Para que Goiás, a partir de 2029, tenha condições pelo menos de ter um repasse compatível”, disse em entrevista coletiva.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 06.12.2023 – PÁG. A2

A parada do PIB

Com estagnação no 3º tri; retomada depende de confiança na política econômica



O desempenho da economia brasileira no terceiro trimestre e os sinais preliminares deste final de ano confirmam que é provável um crescimento em torno de 3% em 2023. Se não chega a ser brilhante, o resultado mostra um biênio bem acima das expectativas após a recuperação das perdas da pandemia.

Até aqui, a boa surpresa do ano se deve basicamente ao primeiro semestre. No terceiro, houve desaquecimento considerável, embora esperado. Depois dos avanços de 1,4% entre janeiro e março e de 1% entre abril e junho, o

Produto Interno Bruto ficou praticamente estagnado nos três meses seguintes, com oscilação de 0,1%.

Já ficou para trás boa parte do impacto do excepcional desempenho da agropecuária, que também deu grande impulso aos serviços, como o de transporte. Ainda assim, o consumo das famílias mostra vigor. Um percentual surpreendente de pessoas ocupadas, algum aumento de rendimento real, auxiliado também pela queda da inflação, e a oferta de crédito para pessoas físicas sustentaram as compras. Continuaram a fazer efeitos, ademais, o grande aumento da despesa com Bolsa Família, aposentadorias, pensões e benefícios assistenciais. A expansão desses programas em 2024 será muito menor.

As exportações de commodities, em particular de petróleo e grãos, além de seus efeitos secundários na economia explicam o restante do resultado do terceiro trimestre. Prevê-se que a produção dos artigos primários se mantenha em níveis altos, mas não deve haver crescimento significativo em 2024. O aspecto negativo e muito preocupante do PIB foi a quarta queda seguida dos aportes em construções, equipamentos, máquinas e softwares; a taxa de investimento se aproxima dos piores níveis do século, em 16,6% do produto.

As altas taxas de juros devem explicar em parte o mau resultado; a baixa da Selic não tem sido suficiente para reduzir de modo significativo o custo de capital, impactado pela política monetária dos EUA e pela piora fiscal do Brasil. O quanto há de incerteza no motivo da retransa dos empreendedores é a questão em aberto. Nas últimas semanas, tem havido um desafoço nas condições financeiras, em particular nos juros domésticos e externos.

É razoável esperar certa melhora do crédito bancário e mais ânimo no mercado de capitais, que vinha se recuperando nesta segunda metade do ano. Menos provável é uma melhora expressiva, se alguma, no mercado de trabalho. Mesmo no curto prazo, portanto, o crescimento depende da retomada do investimento, que requer também mais previsibilidade na política econômica.

Estabilidade vexatória

Ante 2018, notas do Brasil no Pisa caem pouco, mas continuam muito baixas

A edição de 2022 do Pisa comprova que a pandemia de Covid-19 causou impacto na educação mundial. O teste, que avaliou o aprendizado de 690 mil estudantes de 15 anos em 81 países e regiões, mostrou que a nota média dos membros da OCDE, que reúne nações mais desenvolvidas, caiu acentuadamente em 2 das 3 disciplinas avaliadas, ante a prova de 2018 —15 pontos em matemática e 10 em leitura, mas somente 2 em ciências.

O Brasil, um dos países que passaram mais tempo com escolas fechadas, teve quedas pouco relevante (5, 3 e 1, respectivamente. Contudo não há motivo para celebração. O que se apresenta é uma consistência no mau desempenho. As notas médias dos brasileiros nas disciplinas (379, 410 e 403) não chegam perto das da OCDE (472, 476, 485). O fracasso fica ainda mais



patente quando são comparados os resultados por faixa de renda.

A média em matemática dos alunos mais ricos da OCDE foi de 525, ante 425 dos brasileiros no mesmo estrato; já os mais pobres da entidade obtiveram 431, enquanto os nossos marcaram 348. Ou seja, os abonados daqui nem sequer alcançam o desempenho daqueles mais carentes em países desenvolvidos.

Para piorar, 73% dos brasileiros ficaram abaixo do nível mínimo de proficiência esperado em matemática e 50% em leitura, ante 31% e 26% da OCDE. Isso significa que nossos alunos não conseguem usar conceitos básicos para resolver problemas numéricos do cotidiano ou interpretar textos simples. Em matemática, passamos da 71ª colocação em 2018 para a 65ª, mas ainda somos superados por latino-americanos como Peru, Colômbia, Chile, Uruguai e Costa Rica.

O aporte de recursos públicos em educação em relação aos serviços totais do Estado no Brasil é alto, de 11%, um pouco acima do medido na OCDE (10%). No entanto gasta-se muito por aluno no ensino superior (US\$ 14.735, similar aos US\$ 14.839 da OCDE) e pouco na educação básica (US\$ 3.583, ante US\$ 10.949 na OCDE).

O que as nações com melhores resultados no Pisa mostram é a importância de investir na formação e qualificação de professores, principalmente em áreas sensíveis como a matemática, e na educação na primeira infância. Com a transformação demográfica e o envelhecimento da população, a necessidade de mais recursos públicos para o ensino tende a cair. O mais importante se torna mirar gestão e qualidade.

O liberalismo é chato

Por outro lado, o populismo é excitante

Deirdre Nansen McCloskey



O liberalismo é notavelmente aborrecido. Tratar os outros com o mesmo respeito e a mesma autorização perante a lei, como fazem, por exemplo, os chatos suíços, não acelera os batimentos cardíacos. Por outro lado, o populismo é excitante. Tratar il duce como um soberano sagrado e tratar judeus, imigrantes, mulheres, homossexuais ou estudantes universitários como demônios aumenta a pulsação a 100 batimentos por minuto.

Há poucos dias, no centro de Dublin, na Irlanda, país que, em uma longa geração, passou do socialismo mágico e da tirania católica para o liberalismo moderno e assim para a quinta maior renda per capita do mundo, uma multidão de populistas incendiou automóveis e lutou com a polícia. Excitante. Os demônios? Imigrantes, especialmente aqueles que fogem de tiranias populistas em outros lugares. A multidão foi instigada por um

boato na internet sobre um ataque a faca supostamente cometido por um refugiado. A teoria justificativa? Que os refugiados estão tomando nossas moradias, tal como os judeus estão tomando nossa economia ou os negros estão roubando nossas mulheres.

A habitação é, na verdade, absurdamente cara em Dublin, mas isso tem pouco a ver com os refugiados. A explicação econômica, chata, liberal, adulta e sensata para o alto preço das moradias, assim como ocorre em todo o mundo em cidades como Londres, San Francisco e São Paulo, é que os interessados locais, como os proprietários e os urbanistas, regulamentaram excessivamente a construção de novas habitações. Oh, não, dizem os populistas. São os demônios. Vamos matá-los. Vamos conseguir um novo duce para fazer isso. A excitação de cada eleição, mesmo em lugares geralmente adultos e liberais, como o seu país e o meu, pelo menos nos dias pares do mês, vem da excitação infantil sobre um novo duce, e a crença pré-moderna e mágica de que ele transformará todas as nossas decepções em ouro.

O liberalismo também é surpreendentemente moderno. Estou lendo um livro excelente chamado *India in the Persianate Age* [Índia na era persa], de Richard M. Eaton, que mostra que dois imperadores do século 17 experimentaram a modernidade regida pela lei. Talvez lei demais, como na regulamentação da moradia, mas pelo menos não a velha e altamente popular ideia do soberano sagrado. Isso muito antes da chegada dos britânicos. É verdade que o liberalismo total só se consolidou em 1991, e Modi o ameaça com o populismo. Eu digo: cresçam, sejam modernos e fiquem ricos.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 06.12.2023 – PÁG. A4

Congresso resiste a atender Lula e turbinar PAC com dinheiro de emendas

Parlamentares avaliam que capital político será menor se obra for vinculada a programa do Executivo; eleição em 2024 também pesa

Tiago Resende / Victoria Azevedo

Parlamentares têm rejeitado a proposta do presidente Lula (PT) para que o Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) seja turbinado com dinheiro de emendas. Mesmo dentro da base política do governo, há líderes que veem dificuldade para que o plano do Palácio do Planalto seja acatado pela maioria dos congressistas. Os deputados e senadores têm direito a colocar verba pública em projetos e obras. Com isso, acabam irrigando seus redutos eleitorais e conseguem ampliar o próprio capital político. Esse mecanismo de uso de dinheiro do Orçamento pelos parlamentares é conhecido como emenda.

Lula lançou uma ofensiva, revelada pela Folha, para tentar convencer os congressistas a aplicar emendas no PAC, sua principal vitrine na área de infraestrutura. No





CLIPPING

DATA

06.12.2023

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

8 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

entanto, os incentivos foram considerados pouco atrativos, de acordo com integrantes de partidos como PP, Republicanos, União Brasil, PSD, PDT, Solidariedade e Podemos. Há diferentes avaliações nos bastidores. Uma ala diz que, se aceitar a oferta do governo, o ganho do parlamentar por meio da emenda será diluído, pois ministros de Lula também vão colher os frutos políticos.

E citam que integrantes do primeiro escalão do governo continuam lançando obras pelo país —inclusive em Alagoas, estado do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP)— sem que deputados sejam convidados para os eventos. Parlamentares também dizem que o direcionamento da emenda para o PAC faz com que as diretrizes fiquem a cargo do governo, não do deputado —reduzindo, portanto, sua influência no projeto. Nas palavras de um cardeal da Câmara, esse movimento retira a digital do parlamentar sobre a emenda e coloca a marca do governo.

Líderes partidários citam que 2024 é ano de eleição municipal. Portanto, a estratégia será usar o dinheiro das emendas em projetos e ações de impacto mais imediato nas disputas locais e que atendam pleitos de candidatos aliados. Alguns membros do Congresso afirmam ainda que os projetos que fazem parte do PAC geralmente não estão nas preferências dos parlamentares, principalmente se a obra de infraestrutura for de médio ou grande porte.

Essa é a leitura de membros do PP e Republicanos, por exemplo. Em setembro, cada uma dessas siglas ganhou um ministério de Lula em troca de votos no Congresso. Mesmo aliados mais antigos do governo sugerem que a proposta do petista não deve ganhar tração. "Não há tempo suficiente para os deputados analisarem as obras que estão na lista do PAC", disse o presidente em exercício do PDT, André Figueiredo (CE). Ele assumiu o cargo quando Carlos Lupi foi para o Ministério da Previdência, em janeiro.

Há também uma certa desconfiança dos parlamentares com a proposta do governo. Líderes do Congresso afirmam reservadamente que o Palácio do Planalto tem feito uma série de promessas ao longo do ano que, na avaliação deles, não foram cumpridas. Dessa forma, não haveria garantia de que agora isso pudesse ser diferente. Eles também reclamam de uma demora do Executivo em liberar as emendas parlamentares. Além disso, boa parte do Congresso, especialmente na Câmara, conta com o apoio de prefeitos para seus planos eleitorais. Esse grupo se autodeclara municipalista e, ao longo dos mandatos, busca atender aos pedidos de aliados nos estados.

Assim, é comum que parlamentares prefiram dividir o dinheiro das emendas e distribuir a verba para mais cidades. Essa estratégia tem se ampliado desde que, no governo de Jair Bolsonaro (PL), foi criada a possibilidade de transferência especial, quando a verba vai direto para os cofres das prefeituras, sem a necessidade de que haja um projeto pré-aprovado. Ou seja, o prefeito tem o poder de decidir como gastar o dinheiro. Esse mecanismo tem sido chamado também de cheque em branco, pois são recursos sem destinação específica, o que dificulta o acompanhamento do gasto público.

Pelo método tradicional, o deputado ou senador só consegue uma emenda depois que a prefeitura apresenta um plano para o uso do dinheiro e, na maioria dos casos, isso tem que ser analisado por órgãos federais, como a Caixa Econômica. Especialmente em ano eleitoral, o Congresso busca por emendas que sejam liberadas de forma mais célere. Em junho de 2024 se inicia um período em que há limitações para esses repasses justamente por causa da eleição.



CLIPPING

DATA
06.12.2023

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
9 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

A leitura de líderes do centrão e de aliados de Lula é que as emendas para o PAC ainda precisarão de um tempo de maturação. Nesse contexto, alguns parlamentares citam o receio de que a ministra Marina Silva (Meio Ambiente) dificulte o avanço de projetos do PAC. "As obras vão ficar empacadas. E no ano que vem tem eleição municipal. Os deputados estão olhando pequenas ações em seus municípios, e não obras estruturantes", disse o deputado Evair de Melo (PP-ES), que integra a oposição ao Planalto na Câmara. Nas últimas semanas, membros do governo têm feito reuniões com parlamentares para apresentar a proposta de Lula. No Congresso, a medida tem sido chamada de PAC Emendas.

As estratégias incluem a garantia de que o recurso das emendas não será contingenciado e mesmo contrapartidas federais, do tipo "pague 2, leve 3" —o Executivo, por exemplo, promete financiar com recursos do Ministério da Saúde uma policlínica adicional a cada duas unidades selecionadas que recebam emendas de bancada (que são destinadas em conjunto pelos parlamentares de determinado estado). Líder do MDB na Câmara, Isnaldo Bulhões (AL) é um dos poucos deputados que saiu em defesa da oferta de Lula.

"Eu vejo como uma ideia simpática porque PAC não tem só obras gigantes. Tem clínicas de saúde, unidades básicas de saúde. O volume de emendas no PAC esse ano não será muito grande por dúvidas que parlamentares têm. Mas se tiver um bom desempenho de execução, no outro ano pode aumentar", disse. Segundo a Casa Civil, responsável pelo PAC, a ofensiva de buscar emendas para obras do programa não partiu unilateralmente do governo federal. Conforme a pasta, surgiu após muitos parlamentares terem manifestado que gostariam de contribuir com os recursos.

Em agosto deste ano, o governo federal lançou o Novo PAC, com previsão de R\$ 1,4 trilhão em investimentos até dezembro de 2026. Do total desse valor, cerca de R\$ 370 bilhões terão como fonte os recursos do Orçamento Geral da União. É justamente essa fatia que o governo pretende fortalecer ou dividir a conta com o Congresso Nacional.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 06.12.2023 – PÁG. A6

Ministros de Lula, do STF e Aras ajudam Dino e Gonet no Senado

Integrantes do governo e magistrados têm procurado senadores para intermediar encontros e pedir votos

Catia Seabra / Julia Chaib / Thaísa Oliveira



Ministros do governo Lula (PT) e do STF (Supremo Tribunal Federal) têm conversado com senadores e encorpado a campanha a favor do ministro Flávio Dino para o Supremo e do procurador Paulo Gonet para a PGR (Procuradoria-Geral da República). No caso de Gonet, a ajuda também vem do ex-procurador-geral da República Augusto Aras, que tem atuado de forma mais discreta em defesa do colega.

O ministro do Desenvolvimento Regional, Waldez Goés (PDT), pediu que o senador Lucas Barreto (PSD-AP) — rival político dos dois colegas de estado, Davi Alcolumbre (União Brasil) e Randolfe Rodrigues (Rede)— conversasse com Dino. "Todos devemos contribuir, pois o STF e o Brasil ganharão um grande magistrado, defensor da democracia e da Justiça", disse o ministro à Folha.

"Foi minha iniciativa, pois tenho uma boa relação com Lucas, entendendo ser muito importante uma conversa entre ele e Dino. Lucas pode ajudar também", completou Waldez. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e o Advogado-Geral da União, Jorge Messias, também se colocaram à disposição para ampliar a interlocução de Dino. Messias é evangélico, grupo que deu votos ao ministro Cristiano Zanin, indicado anteriormente por Lula ao STF.

Já o ministro Alexandre Padilha (PT), responsável pela articulação política do Planalto, participou de ao menos um encontro com Dino e a base aliada. Padilha esteve com dez senadores no primeiro jantar organizado após o anúncio de Lula. De parte do STF, o ministro Gilmar Mendes tem defendido a indicação tanto do ministro da Justiça como de Gonet em encontros com parlamentares e telefonemas. Os ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli também têm encorpado a campanha pró-Dino.

Com relação a Gonet, Aras pediu ao gabinete de Izalci Lucas (PSDB-DF) que recebesse o indicado à PGR, segundo relatos feitos à Folha. O senador acabou encontrando o procurador no Senado e não foi necessário marcar uma reunião formal. Aras teceu elogios a Gonet, que foi escolhido por ele para ser vice-procurador-geral eleitoral. À CNN o ex-procurador-geral da República afirmou que o indicado é uma "escolha acertada" de Lula e que tem as "qualidades necessárias" para chefiar o MPF (Ministério Público Federal).

Em busca de votos, Gonet e Dino têm circulado pelos corredores do Senado e visitado gabinetes. Nesta terça-feira (5), o procurador disse a jornalistas que "têm aprendido muito de Brasil" com os senadores e que



CLIPPING

DATA
06.12.2023

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
11 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

se sentia privilegiado por isso. "A expectativa que está se confirmando é a de só ter conversas muito boas, extremamente republicanas. Eu acho que eu sou um privilegiado de poder conversar com os senadores porque eu tenho aprendido muito de Brasil", disse.

"Os problemas de cada estado, as virtudes do brasileiro em cada estado. Isso tem sido, realmente, uma aula de civismo e de virtudes republicanas. E eu procuro me apresentar com a minha história, que vocês já conhecem", completou o procurador. Já o ministro da Justiça se encontrou na segunda-feira (4) com a senadora Margareth Buzetti (PSD-MT), suplente do ministro da Agricultura, Carlos Fávaro (PSD). Dino também tem procurado senadores que declararam voto contra, como o ex-vice-presidente Hamilton Mourão (Republicanos-RS). Os dois conversaram na segunda, no Senado.

Em entrevista à Folha no mês passado, Mourão disse que tomaria um chope com Dino, mas não votaria nele para o STF. Segundo pessoas que acompanharam o encontro, o senador reforçou ao ministro que votará contra sua indicação. Após as duas agendas, o ministro da Justiça disse já ter falado "com a imensa maioria dos senadores". "Devo ter falado com mais de 50 já. Ou diretamente ou por telefone ou reuniões externas", afirmou, completando que conseguirá conversar com todos que quiserem até a sabatina.

Na semana passada, Dino disse que não tinha medo nem preconceito contra ninguém e que estava à disposição para dialogar com os senadores que declararam voto não —como o filho mais velho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Flávio Bolsonaro (PL-RJ). "O deputado Eduardo Bolsonaro foi lá no Ministério da Justiça e foi tratado muito educadamente por mim. E quando eu estive aqui na Comissão de Segurança Pública o senador Flávio foi muito educado comigo."

Dino também ligou para líderes partidários e presidentes de partidos, como Gilberto Kassab, do PSD. Os relatórios das indicações serão lidos nesta quarta-feira (6), e as sabinas estão marcadas para o próximo dia 13. A expectativa é que a análise em plenário ocorra em seguida, no próprio dia 13 ou no dia 14. Alcolumbre, presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), quer que Dino e Gonet sejam sabatinados simultaneamente.

O formato deve não só agilizar o processo, mas baixar a temperatura, evitando embates diretos entre a oposição e Dino. Nessa configuração, Dino e Gonet responderiam a mais de uma pergunta de uma vez; os senadores, por outro lado, teriam menos tempo para falar. Em carta aos senadores, Dino promete atuar de "modo técnico e imparcial", se for aprovado para o Supremo, zelando pela Constituição e "pelas leis da nossa pátria." Já Gonet tem entregado seu currículo e se apresentado como uma pessoa técnica, com longa experiência no MPF. Segundo um parlamentar, o procurador também se definiu como uma pessoa tranquila e discreta.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 06.12.2023 – PÁG. A8

Debate sobre STF nas redes é puxado pela direita e tem Moraes como protagonista

Relatório da FGV ECMI analisa posts sobre a corte e seus ministros ao longo do ano

Renata Galf

O debate sobre o STF (Supremo Tribunal Federal) e seus ministros nas redes sociais, em 2023, foi marcado por polarização, predomínio da direita e grande presença de posts sobre Alexandre de Moraes. Esses são alguns dos dados do levantamento da Escola de Comunicação, Mídia e Informação (FGV ECMI), que analisou postagens de 1º de janeiro a 16 de outubro no Facebook, Instagram e YouTube. Nessas redes, os pesquisadores identificaram um maior protagonismo de usuários que veem o STF de modo negativo.



No X (antigo Twitter), a coleta abrangeu período menor, tendo início em 7 de junho e terminando na mesma data. Nessa rede, segundo o relatório, houve um maior equilíbrio nos posicionamentos sobre a corte, com ligeira predominância de críticos. O levantamento foi feito dentro do "Projeto Mídia e Democracia", apoiado pela União Europeia.

No Facebook, foram analisadas postagens de deputados federais e senadores mencionando nomes dos ministros e a palavra STF — não foram considerados posts sem menção ao Supremo ou sem menção aos ministros. Em quantidade de postagens, os partidos com mais destaque são o PL e o Novo (615 e 105 posts respectivamente). Na esquerda, estão PT e PSOL (489 e 127).

Apesar de, na quantidade, ambos os grupos estarem relativamente próximos, o nível de engajamento médio dos conteúdos é superior na direita. Neste aspecto a dianteira fica com o Novo, seguido pelo PL. Já o PT se posiciona em 4º atrás do Podemos, e o PSOL no distante 11º lugar. O pico de interações dentro dessa análise foi em 14 de setembro, quando ocorria o julgamento dos primeiros réus pelos ataques do 8 de janeiro. O relatório aponta centralidade de Moraes, que é citado em 41% dessas publicações, com maioria de posts de teor negativo, mas também acompanhado de postagens positivas, vindas de nomes da esquerda.

Ao todo foram 1.778 posts publicados por 281 deputados e senadores. Dentre os 10 parlamentares com mais engajamento médio em posts sobre os ministros, apenas 1 é de esquerda: o deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ). O relatório aponta ainda que o Novo se destaca em volume e engajamento no debate sobre o STF, apesar de ter apenas 3 parlamentares no levantamento, enquanto o PT tem 63 e o PL 58. Marco Ruediger, diretor da FGV ECMI, avalia que há uma campanha permanente de convencimento e mobilização com objetivo de enfraquecer o poder dos ministros. "Isso virou uma espécie de um combate, uma tensão permanente no Brasil", diz.



CLIPPING

DATA
06.12.2023

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
13 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Ele considera que é preciso prestar atenção ao fato de que o debate político e a polarização não são observados apenas na sazonalidade do processo eleitoral, mas no dia a dia, de modo constante. No Instagram, o relatório aponta que 54% das postagens coletadas mencionam Moraes. Nessa rede, o pico de interações em posts sobre os ministros foi em 9 de janeiro, no total de 5,5 milhões, em onda associada aos ataques antidemocráticos em Brasília.

De acordo com o relatório, também no Instagram, nomes da direita se destacaram —nessa rede, assim como no X e no YouTube, a análise foi geral, e não restrita a políticos. Também no X, Moraes é mais citado frente aos demais integrantes da corte. No período analisado, enquanto ele teve cerca de 2,3 milhões de menções, Gilmar Mendes, o segundo ministro que mais aparece, teve quase 742 mil citações. Segundo o relatório, nas menções aos ministros no X, o tom crítico prevalece, de modo geral, mas alguns dos magistrados são citados de modo mais equilibrado: André Mendonça, Cármen Lúcia, Kassio Nunes Marques e Luiz Fux. Tiveram destaque a atuação do STF sobre o 8 de janeiro e o julgamento sobre o marco temporal das terras indígenas. Diferentes episódios alavancaram as menções aos ministros.

No caso de Luís Roberto Barroso, a participação no Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), quando disse "derrotamos o bolsonarismo". Já Moraes, citado com constância, teve maior relevo no recorte analisado nas datas do episódio no aeroporto de Roma, que está sob investigação, e no julgamento do 8 de janeiro. Dias Toffoli, por sua vez, ganhou os holofotes ao declarar imprestáveis provas oriundas dos acordos de leniência da Odebrecht, enquanto o pico de Cristiano Zanin foi na data de sua sabatina e aprovação no Senado.

As menções a Rosa Weber, agora aposentada, foram ao seu auge quando do seu voto pela descriminalização do aborto nas 12 primeiras semanas de gestação. Também no YouTube a pauta de costumes teve peso. Dentro dos parâmetros coletados pelo relatório, o vídeo sobre o STF mais visto no período de janeiro a 16 de outubro na plataforma —com quase dois milhões de visualizações— tem como título: "Bispo Católico cala ministra do STF Rosa Weber, em audiência pública, vejam o que ele falou".

Mariana Carvalho, uma das pesquisadoras da FGV ECMI que elaborou o relatório, diz que tanto a esquerda quanto a direita se organizam em polos no debate nas redes, mas ressalta a diferença de alcance entre elas de modo geral, e aponta ainda o movimento para inversão da narrativa sobre o 8 de janeiro. "No início ele foi muito mobilizado pela esquerda, criticando o 8 de janeiro, criticando os atos antidemocráticos, mas logo em seguida a direita começou a ocupar esse espaço nas redes sobre essa temática, e aí usando como principal alvo o sistema Judiciário", diz.

Sobre Moraes, por exemplo, Mariana destaca decisões que ecoaram de modo bastante positivo entre a esquerda e em setores progressistas, como o voto sobre a descriminalização da maconha. "Ainda assim a direita tem uma capacidade muito grande de movimentar as redes quando cria esses momentos de crítica", diz.

JORNAL – O HOJE – 06.12.2023 – PÁG. 10

STJ determina que plano de saúde pague por cirurgia de mudança de sexo

Manoel L. Bezerra Rocha



A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por unanimidade, decidiu que as operadoras de planos de saúde têm a obrigação de custear as cirurgias de transgenitalização e de plástica mamária com implantação de próteses para mulheres transexuais.

O colegiado levou em conta que tais procedimentos de redesignação sexual são reconhecidos pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) como procedimentos de afirmação de gênero do masculino para o feminino e foram também incorporados ao Sistema Único de Saúde (SUS), com indicação para o processo transexualizador. Dessa

forma, segundo o colegiado, tanto a cirurgia de transgenitalização quanto a implantação de próteses mamárias não podem ser consideradas procedimentos experimentais ou estéticos.

A relatora, ministra Nancy Andrighi, observou que a autora é mulher transexual, nos termos do artigo 1º da Resolução 2.265/2019 do CFM, e sua condição é atualmente classificada pela medicina como incongruência ou disforia de gênero (CID 11 – HA60). A relatora destacou que, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), essa condição, muitas vezes, leva a um desejo de “transição” para a pessoa viver e ser aceita conforme o gênero experienciado, seja por meio de tratamento hormonal, intervenção cirúrgica ou outros serviços de saúde, alinhando o corpo tanto quanto desejar – e na medida do possível – ao gênero vivenciado. Nancy Andrighi ressaltou que o Ministério da Saúde, por meio da Portaria 2.836/2011, instituiu o acesso ao processo transexualizador no serviço público de saúde, e o ampliou com a Portaria 2.803/2013, incorporando novos procedimentos, medicamentos, órteses, próteses e materiais especiais à tabela do SUS.

ICMS de mesmo contribuinte

O Plenário da Câmara dos Deputados debate propostas que tramitam em regime de urgência. Um dos itens altera a Lei Kandir para vedar a incidência do ICMS nos casos de transferência de mercadoria entre estabelecimentos do mesmo contribuinte. A proposta (PLP 116/23), tramita apensada ao PLP 153/15. Está na pauta também o PL 6256/19 que institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta.

Sim, isso existe!

A Secretaria da Mulher e a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara dos Deputados promovem hoje (6) mesa-redonda sobre a campanha “Masculinidade consciente: grupos de homens contra o machismo”. A campanha, com spots e depoimento em vídeo produzidos em parceria com a Rádio Câmara,

propõe reflexões sobre o papel social que os homens desempenham e mostra as atitudes que muitos deles já estão tomando para contribuir para a cultura da não-violência.

TRF1 reafirma autonomia administrativa das universidades públicas no Brasil

Para a 12ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) cabe às universidades públicas brasileiras o direito de definir os meios para realizar a revalidação dos diplomas, assim como os critérios de avaliação. A relatora, desembargadora federal Rosana Noya Alves Weibel Kaufmann, destacou que o diploma de graduação expedido por universidade estrangeira deve ser revalidado por Instituição de Ensino Superior (IES) Pública brasileira que tenha curso no mesmo nível e área ou equivalente. Explicou, ainda que, considerando a autonomia didático-científica e administrativa das universidades, algumas IES adotam procedimentos próprios de revalidação de diplomas, enquanto outras delegam ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) a responsabilidade para realizar certas etapas desse processo de Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituições de Educação Estrangeiras (Revalida).



Ministro Barroso fala de pacto por linguagem simples no âmbito do Judiciário

O presidente do STF e do CNJ, ministro Luís Roberto Barroso, anunciou o Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples e conclamou toda a Justiça para adesão. O pacto tem como meta a adoção de uma linguagem direta e compreensível na produção das decisões judiciais e na comunicação geral do Judiciário, tornando a Justiça mais acessível à população e contribuindo, dessa forma, com o aprimoramento do exercício da democracia na sociedade.

Ministro Sebastião Reis Júnior, do STJ

“Decreto de prisão preventiva deve demonstrar a materialidade e os indícios de autoria do crime, bem como indicar fatos concretos e contemporâneos que demonstrem o perigo da liberdade do investigado”.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 06.12.2023 – PÁG. POLÍTICA

Com acordo em xeque, líderes se reúnem no Rio

Chefes de Estado discutirão o tratado na Cúpula marcada para amanhã. Apesar da resistência da França, nota do grupo sul-americano diz que "as partes encontram-se mais perto de uma conclusão"

Ingrid Soares / Vinicius Doria

Sob pressão e no último dia do Brasil na presidência, a reunião da 63ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul ocorre amanhã, no Rio de Janeiro. O encontro das lideranças dos países do bloco — Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai — tem como pauta prioritária o acordo Mercosul-União Europeia, que corre o risco de não ser concretizado neste mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva frente ao grupo. O próximo a assumir o comando é o Paraguai. Na corrida contra o tempo e apesar da posição contrária da França, a diplomacia trabalha para que os dois blocos cheguem a um entendimento. Segundo fontes ouvidas pelo Correio, o acerto está bem avançado.

De acordo com um comunicado da Cúpula, divulgado ontem pelo governo federal, as negociações avançaram significativamente e “as partes encontram-se mais perto de uma conclusão do que em qualquer momento anterior na atual etapa negociadora”.

“O Mercosul também tem manifestado preocupação com os impactos nocivos ao comércio que podem decorrer de uma nova geração de leis adotadas na União Europeia. O bloco está propondo solução que



salvarguarde seus interesses comerciais”, diz a nota. “Na área ambiental, está aberto a reafirmar compromissos que os Estados-Partes do bloco assumiram em regimes internacionais. Entretanto, o Mercosul não aceita a vinculação entre tais compromissos e a ameaça de sanções comerciais”, reitera.

A Argentina, apontada como empecilho à negociação, por causa das declarações do presidente eleito, Javier Milei, deve apoiar o acordo. Pelo menos essa é a expectativa dos diplomatas do Itamaraty que integram os



CLIPPING

DATA
06.12.2023

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
17 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

grupos de negociação. Eles se baseiam nas declarações da futura chanceler do país vizinho, Diana Mondino, que esteve no Brasil na semana passada para um encontro com o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira. “A política pode atrasar um pouco o processo, mas a diplomacia não parou nem vai parar de trabalhar”, disse ao Correio uma dessas fontes. Ontem, as equipes técnicas dos dois blocos fizeram mais uma reunião, de forma remota, seguindo a agenda estabelecida pelos negociadores.

Após a reunião, no Itamaraty, Vieira informou que a futura ministra argentina defende “um Mercosul maior e mais forte”. “Para mim, o que vale é isso. Vamos trabalhar com esse governo até o final do mandato e, depois, com o novo governo”, declarou o chanceler brasileiro.

O pessimismo provocado pelas declarações do presidente francês, Emmanuel Macron, de que não aprovará o acordo, não alterou o curso do diálogo, mas mudou a agenda da Cúpula do Mercosul — que começou ontem, no Rio de Janeiro, com a Cúpula Social do bloco. Inicialmente, a ideia era promover uma reunião dos presidentes dos países-membros do bloco sul-americano para tratar exclusivamente do texto final das negociações com os europeus. Esse encontro foi cancelado, e os chefes de Estados se reunirão apenas amanhã, na sessão formal dos líderes do Mercosul.

As declarações de Macron contra o acordo não minaram a disposição dos negociadores. Diplomatas ouvidos pelo Correio lembram que a França não tem poder de veto para travar a abertura comercial que está sendo pactuada. Apesar do peso político, o acordo com o Mercosul depende apenas da aprovação do Conselho Europeu (órgão que define as orientações e prioridades políticas gerais da UE) e do Parlamento Europeu (que aprova as normas comuns do bloco) — não precisa ser aprovado individualmente pelos parlamentos dos países que integram a UE.

“Macron falou para seu público interno”, disse outro diplomata ouvido pela reportagem. “Agora, é esperar pela definição do negociador argentino e jogar mais para frente (a conclusão do acordo)”, explicou. Outro entrave que pode ocorrer com a demora no fechamento do acordo envolve o presidente do Uruguai, Luis Alberto Lacalle Pou. Ele levantou a possibilidade de firmar um acordo comercial bilateral com a China, o que vai na contramão dos interesses do bloco. Em julho, na última cúpula de chefes de Estado do Mercosul, o uruguaio não assinou o comunicado conjunto da reunião.

Ontem, Lula se encontrou com o ex-chanceler alemão e ex-presidente do Fundo Monetário Internacional (FMI) Horst Köhler. A reunião foi a última da agenda do chefe do Planalto na Alemanha. Os dois abordaram temas como a necessidade de equacionar o endividamento de países africanos e o esgotamento de instituições multilaterais ante o atual cenário geopolítico internacional. Lula anunciou que, em 2024, viajará à Etiópia e à Guiana, país ameaçado de perder o território de Essequibo para a Venezuela. Sem citar o clima de tensão entre os dois países, o chefe do Executivo disse que participará de uma reunião dos países do Caricom (Comunidade do Caribe), em que pretende falar sobre democracia, entre outros assuntos. “O restante dos 365 dias, se preparem, porque eu vou percorrer o Brasil”, declarou.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 06.12.2023 – PÁG. BRASIL

43 mil armas para o crime

Operação Dakovo

Ação da PF golpeia quadrilha que municiaava as duas maiores facções brasileiras e movimentou mais de R\$ 1,2 bi em 3 anos

Henrque Lessa / Francisco Arthur



A Polícia Federal (PF) desbaratou, ontem, um esquema de importação que, em três anos, forneceu mais de 43 mil armas de fogo trazidas do Leste Europeu diretamente para as duas maiores facções criminosas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Nesse período, a quadrilha movimentou mais de R\$ 1,2 bilhão.

A Operação Dakovo — em referência à cidade da Croácia que servia como hub logístico da quadrilha — contou com o apoio do Ministério Público Federal (MPF), das forças de segurança do Paraguai, além de informações passadas por agentes dos Estados Unidos. Foram presas cinco pessoas no Brasil e 11 no país vizinho, entre eles, o ex-comandante da Força Aérea Paraguaia, Arturo Javier González.

Apesar das prisões, do grande número de dólares, armas e itens de luxo apreendidos, o argentino Diego Hernan Dirísio — apontado como chefe do esquema e dono da empresa IAS, baseada em Assunção, que fazia a importação das armas — conseguiu escapar. Ele era o contato das facções criminosas brasileiras.

A investigação aponta que Dirísio usava um complexo sistema de lavagem financeira via Miami, onde o dinheiro era transferido para empresas de fachada. Em seguida, ia para uma companhia que fazia o pagamento aos fabricantes de armas europeus. Boa parte do material vendido às facções era de fabricação croata, tcheca e turca, e inclui fuzis e pistolas de vários calibres, além de outros equipamentos.

A operação teve início em uma investigação da Superintendência da PF na Bahia, depois da prisão de um homem com dois fuzis e 23 pistolas, em novembro de 2020, em um ônibus, próximo à cidade de Vitória da Conquista. No Brasil, os mandados de busca e apreensão foram cumpridos no Rio de Janeiro, em São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Sorocaba (SP), Praia Grande (SP), São Bernardo do Campo (SP), Ponta Grossa (PR) e Foz do Iguaçu (PR).

Sem um tiro

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, comemorou o resultado e destacou o trabalho de inteligência da PF e dos parceiros internacionais para desbaratar o esquema. “Nessa operação, não houve sequer um tiro, nem bala perdida e nem inocentes mortos. Foi baseada na inteligência”, salientou o ministro,

em coletiva — que contou com a presença de Jalil Rachid, ministro da Secretaria Nacional Antidrogas do Paraguai, e dos delegados federais envolvidos na Dakovo. “A ação com o Paraguai fará com que as duas maiores facções brasileiras, que eram as destinatárias principais desses armamentos ilegais, tenham o fechamento dessa via logística para realização das suas operações”, acrescentou Dino.

O resultado da operação foi avaliado por fontes do Palácio do Planalto e do Congresso como uma vitória do ministro, que vem sendo sistematicamente atacado pelos bolsonaristas — sobretudo depois que foi indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a 11ª cadeira no Supremo Tribunal Federal (STF) — e acusado de não combater o crime organizado. Dino enfatizou a estratégia adotada pelo governo federal, cujo objetivo é atingir as fontes de financiamento e a logística das facções. “O crime organizado só é superado quando você substitui o modelo ineficiente de tiros a esmo, aleatórios, e vai na raiz do problema, que é o financiamento desses grupos”, afirmou.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 06.12.2023 – PÁG. OPINIÃO

Segurança jurídica no mercado de capitais e o caso Usiminas

As ofertas públicas de aquisição (OPAs) por alienação de controle são, possivelmente, um dos exemplos mais evidentes no direito brasileiro da necessidade de segurança jurídica

O florescimento do mercado de capitais depende de um ambiente institucional adequado com regras claras, consistentemente aplicadas, que confirmam aos agentes um grau de calculabilidade que lhes permita planejar e precificar seus negócios.

As ofertas públicas de aquisição (OPAs) por alienação de controle são, possivelmente, um dos exemplos mais evidentes no direito brasileiro da necessidade de segurança jurídica. Ao estabelecer que a alienação, direta ou indireta, do controle de companhia aberta impõe a realização de OPA, cria-se um grau de imprevisibilidade ao adquirente de controle que, na partida, não tem certeza sobre quantas ações irá adquirir — e, conseqüentemente, sobre o volume de recursos que terá que despende ao final da operação.

É fundamental, portanto, que se tenha segurança sobre quando a OPA deve ser lançada. Felizmente, o espaço para dúvidas sobre o conceito de “alienação de controle” e, conseqüentemente, sobre as hipóteses de incidência da regra, foi drasticamente reduzido ao longo das últimas décadas, principalmente em função do trabalho da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Após o ressurgimento da OPA por alienação de controle em 2001, a CVM interpretou a norma em diversos casos concretos e estabeleceu parâmetros que certamente forneceram um importante grau de previsibilidade e calculabilidade ao mercado brasileiro.

Um forte indicativo disso é o número de processos levados ao Colegiado da CVM para discutir se determinada operação consistiu em alienação de controle, gerando, por consequência, a obrigação de





CLIPPING

DATA

06.12.2023

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

20 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

lançamento de OPA. Tais casos eram muito frequentes nos anos que se seguiram à reforma da lei e caíram bruscamente nos últimos anos. Nesse período, o mercado brasileiro se tornou maior e mais dinâmico. As alienações de participações relevantes, incluindo aquelas que envolvem alienação de controle, se tornaram mais frequentes. A redução no número de casos controversos deve-se, portanto, à formação de uma jurisprudência clara.

Essa previsibilidade, duramente construída, reflete o salutar amadurecimento do mercado brasileiro — uma conquista que deve ser reconhecida e preservada. Controvérsias jurídicas relacionadas à hipótese de incidência de uma regra que impõe custos tão relevantes não contribuem em nada para o desenvolvimento de um mercado pujante, no qual empresários e investidores se sintam confortáveis em acessar. Por isso, deve ser vista com preocupação a possível reversão de entendimento no caso de suposta alienação de controle da Usiminas pelo STJ em embargos de declaração, cujo alcance é notadamente restrito para hipóteses de omissão, contradição ou obscuridade, o que não parece existir no extenso e preciso voto vencedor.

A CVM analisou o tema detidamente e decidiu, de forma absolutamente coerente com os seus precedentes, que não houve, no caso, alienação de controle, posição adotada tanto pela área técnica quanto pelo Colegiado. E, no Poder Judiciário, o mesmo entendimento foi acolhido por diversas decisões, inclusive pelo próprio acórdão do STJ que julgou o recurso especial do caso.

O acórdão do STJ confirmou as decisões da 1ª instância e, de forma unânime, pela 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, no mesmo sentido que vem decidindo a CVM. Já na análise dos embargos de declaração, dividiram-se, de um lado, os ministros Ricardo Villas Bôas Cueva e Nancy Andrighi, que votaram no sentido de que o processo deveria retornar à 1ª instância, e, de outro, os ministros Moura Ribeiro e Humberto Martins, que opinaram por uma preocupante reversão do julgamento, contrariamente às decisões anteriores.

Espera-se que o voto de desempate seja no sentido de manter a posição repetidamente adotada sobre o caso, tanto na CVM quanto no Poder Judiciário. Parafraseando a famosa frase de Julius von Kirchmann, corre-se o risco de, com uma penada, colocar abaixo a previsibilidade trazida pela jurisprudência sobre OPA por alienação de controle, em grave prejuízo ao mercado de capitais e ao ambiente de negócios de nosso país.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 06.12.2023 – PÁG. E1

STJ nega dedução de PLR de diretor empregado do IRPJ

Essa foi a primeira vez que o colegiado julgou o tema

Beatriz Olivon

A 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por maioria de votos, que as empresas não podem considerar a participação nos lucros e resultados (PLR) e gratificações distribuídas a administradores e diretores que também são empregados como despesa. Na prática, esses valores passam a ter um custo maior, pois não poderão ser deduzidos da base de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da CSLL.



Essa foi a primeira vez que a turma julgou o tema. A tributação de PLR — tanto de celetistas como de estatutários — é motivo de briga histórica entre a Receita Federal e os contribuintes. Em 2021, segundo a última informação divulgada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), havia mais de R\$ 7 bilhões em discussão no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e na Justiça, de forma geral. No julgamento de ontem, a relatora do caso, ministra Regina Helena Costa, ficou vencida. Ela havia votado, em outubro, a favor do contribuinte. Para a ministra, os valores distribuídos a diretores e administradores deveriam ser considerados despesas e, portanto, ser deduzidos do IRPJ e da CSLL (REsp 1948478).

No voto, a ministra admitiu recurso do ING Bank, que vinha perdendo até então em todas as instâncias do Judiciário. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), com sede em São Paulo, manteve sentença favorável à autuação fiscal recebida pela instituição financeira. Ontem, na retomada do julgamento, o ministro Gurgel de Faria apresentou seu voto-vista. Ele divergiu da relatora. Para o ministro, a dedutibilidade de custos e despesas é regra, que dispensa previsão legal. Por outro lado, acrescentou, a indedutibilidade deve ser observada quando estiver expressa em lei.

A lei, afirmou o ministro, não faz distinção entre dirigentes ou administradores estatutários ou contratados pelo regime celetista. Ainda segundo ele, os artigos 2º e 3º da Lei nº 10.101, de 2000, determinam que a PLR seja negociada entre partes e empregados e não substitui remuneração, nem constitui base de tributação. Além disso, estabelece que, no lucro real, podem ser deduzidos os valores distribuídos. Porém, acrescentou, não é possível conceber que diretores executivos possam ser incluídos no mesmo polo destinado aos empregados.

Gurgel de Faria destacou também que a Lei nº 4.506, de 1964, e o Decreto-lei nº 1.598, de 1977, impedem a dedução de gratificações ou PLR pagos a diretor empregado no regime de lucro real e, portanto, integram a base do IRPJ e da CSLL. Na sessão de ontem, a relatora reforçou que essas normas devem ser interpretadas à luz da Constituição e das normas gerais do Código Tributário Nacional, no sentido de que despesa não

poderia ser considerada acréscimo patrimonial. A ministra lembrou que, no caso da CSLL, o próprio Carf tem reconhecido que seriam despesas dedutíveis.

“O entendimento [de Gurgel de Faria] é mais gravoso que o divulgado em instrução normativa pela Receita”, afirmou ela. Em seguida, Gurgel de Faria disse que pode voltar a analisar o ponto da CSLL, se questionado em recurso. O voto dele foi seguido pelos ministros Paulo Sérgio Domingues e Sérgio Kukina. Benedito Gonçalves não votou. Segundo o advogado Leandro Cabral, do Velloza Advogados, um dos representantes do banco no caso, a defesa deve apresentar recurso (embargos de declaração) contra a decisão.

“Saímos mais uma vez negativamente surpreendidos e com um racional que não nos convence”, afirma Caio Taniguchi, sócio do TozziniFreire Advogados, destacando que a decisão pode levar empresas a analisarem se vale a pena manter o benefício ou optar por outro, como bônus — que gera a dedutibilidade. Segundo Isabel Bueno, sócia do Mattos Filho, a legislação previdenciária reconhece a figura do diretor empregado. “Ele não deixa de ser administrador, mas tem uma condição especial de administrador empregado”, diz ela, acrescentando que, pela leitura dos votos, esse ponto parece não ter sido abordado.

1ª Turma do STF nega vínculo entre motorista e aplicativo

Agora, questão deverá ser analisada pelo Pleno da Corte

Adriana Aguiar

A 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) negou vínculo de emprego entre um motorista e o aplicativo de transporte Cabify — que encerrou suas operações no Brasil. Essa é a primeira decisão de turma. Até então, havia apenas monocráticas (de um só ministro), no mesmo sentido. Agora, as atenções se voltam ao Pleno do STF. Ontem, ao proclamar o resultado do julgamento, o relator, ministro Alexandre de Moraes, determinou que o outro recurso que constava na pauta fosse transferido para análise por todos os ministros. O caso (Rcl 64018) é da Rappi.

A questão é importante. Hoje há pelo menos 1,5 milhão de motoristas de aplicativos, entregadores e mototaxistas no país, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). E tramitam na Justiça do Trabalho quase 30 mil processos sobre o assunto, com um valor que ultrapassa R\$ 3,4 bilhões, de acordo



com a empresa de jurimetria Data Lawyer Insights. No STF, os ministros analisaram reclamação contra decisão do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (TRT-MG). Em julho, o ministro Alexandre de Moraes, ao analisar pedido de liminar, já havia negado o vínculo de emprego, suspendendo a decisão, o que agora foi confirmado pela 1ª Turma (Rcl 60347).

De acordo com Moraes, o entendimento não se aplica só à Cabify, mas a todas as empresas de aplicativos — como Uber, iFood e 99. “Apesar de os juízes



CLIPPING

DATA
06.12.2023

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
23 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

ideologicamente, academicamente, não concordarem, não se justificam essas decisões”, disse ele, acrescentando que o número de reclamações no STF já alcança o de habeas corpus e que mais de 40% são da Justiça do Trabalho. O ministro afirmou no voto, que o STF já decidiu, em diversas ocasiões, que a Constituição Federal impõe a livre iniciativa na produção e não determina que toda prestação de serviços seja considerada relação de emprego — precedentes como o da terceirização (ADPF 324), dos contratos de natureza civil (ADC 48) ou de parceria entre salões de beleza e profissionais do setor (ADI 5625).

Para ele, esses casos de aplicativos não englobam situações de fraude somente para não se pagar direitos trabalhistas e tributos. “Tem que ser comprovada a fraude. No caso do Uber ou Ifood, ele [motorista ou entregador] tem a liberdade de aceitar uma corrida, de fazer seu horário, ter outros vínculos. Não existe exclusividade”, disse.

Em seguida, os ministros Cristiano Zanin, Luiz Fux e Cármen Lúcia acompanharam o relator. Fux destacou, ao votar, que houve uma primeira decisão do Conselho Nacional dos Estados Unidos para motoristas de aplicativo no mesmo sentido do posicionamento adotado pelo STF. E que o Brasil tem adotado o sistema de precedentes e, por isso, essas decisões devem ser obrigatoriamente seguidas pelas instâncias inferiores. “Não seguir esses precedentes é um péssimo exemplo”, afirmou Fux. “Temos um trabalho insano com essa resistência da Justiça do Trabalho em não aceitar a decisão do STF”, acrescentou o ministro, que sugeriu levar a questão ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Apesar de seguir o relator, Cármen Lúcia mostrou preocupação com a aposentadoria desses prestadores de serviço. “Apesar de ser uma preocupação da sociedade, não se resolve com a mera aplicação reiterada de um modelo que não cabe nessa relação. Tenho pânico quando penso no que estamos criando daqui 20, 30, 40 anos, quando eles mais precisarem”, disse ela, destacando a importância de um posicionamento do Pleno a respeito.

Advogado e ministro aposentado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Márcio Eurico Vitral Amaro, do Chiode Minicucci Advogados, fez sustentação oral no julgamento em nome da Cabify. Ele afirmou que o STF tem demonstrado atender os interesses da sociedade, como admitir que um casal não necessariamente é composto por um homem e uma mulher ou reconhecer o gênero com que a pessoa se identifica. “São questões tormentosas que visam atender a necessidade daquele momento”, disse.

Nesse mesmo sentido, afirmou Amaro, deve ser tratada a questão do vínculo empregatício de motoristas de aplicativo. “É uma questão difícil, mas a Corte já tem dado uma resposta precisa de que não há relação de emprego da forma clássica prevista na CLT”, disse. Para a advogada Marília Minicucci, do Chiode Minicucci Advogados, que também atua no caso, o julgamento deixou clara a necessidade da Justiça do Trabalho se adequar à modernidade e às novas formas de trabalho que a acompanham, compreendendo e aceitando que os ditames dos artigos 2º e 3º da CLT não são mais suficientes para reger todas as relações de trabalho.

“Motoristas e entregadores das plataformas digitais possuem autonomia, não só de horário, mas de aceite ou não de corridas, o que, por certo, os retiram dos moldes rígidos de uma relação de emprego”, disse. Já o advogado que assessora trabalhadores Eymard Loguercio, do LBS Advogadas e Advogados, entende que o STF tem desprestigiado a competência da Justiça do Trabalho, em temas que ainda estão sob debate no

Judiciário e na sociedade. “Isso atropela a sedimentação do tema em prejuízo das pessoas que trabalham nesses regimes sem proteção social.”

Para Loguercio, o STF usa precedentes por semelhança, que não tratam da mesma situação do motorista de aplicativo. “Continuo achando que o STF está estimulando o ajuizamento de reclamação constitucional ao alargar o exame dos casos de terceirização e casos de contratação de pessoas para a execução de serviços em que pode ou não configurar vínculo”, diz. “Essa matéria precisa, de fato, ser melhor examinada e espero que o Plenário possa fazê-lo.”

Mulheres são maioria nos escritórios de advocacia, mas minoria entre sócios

As mulheres são 57% nos escritórios, mas representam apenas 34,4% dos sócios de capital

Beatriz Olivon

Apesar de serem maioria na composição de escritórios de advocacia, as mulheres são minoria na ponta final da carreira: os sócios de capital. A participação segue a mesma desde 2017, quando começou a ser realizada a pesquisa “Diversidade na Advocacia”, pelo Women In Law Mentoring Brasil. Para as mulheres negras a situação é ainda pior. Dados da pesquisa, realizada com 82 escritórios, mostram que nas sociedades que realizam mapeamento racial – não são todas – apenas 11,3% do quadro total de advogados são pessoas negras. A representatividade cai conforme avançam na hierarquia dos escritórios: são 18% dos estagiários, mas apenas 2,7% dos sócios de capital.

A íntegra da última edição da pesquisa, à qual o Valor teve acesso, será publicada na noite de hoje. Os dados ainda mostram que, em quase todas as modalidades de contratação, o percentual de mulheres negras é superior ao de homens negros, exceto para o formato “sem contrato” e “sócio de capital”, em que há menos mulheres. De acordo com a pesquisa, isso mostra que a desigualdade é ainda mais marcante na interseccionalidade entre raça (negra) e gênero (feminino). Sem o recorte racial, as mulheres são a maioria nos escritórios (57%), mas representam apenas 34,4% dos sócios de capital. Pela primeira vez desde a primeira edição da pesquisa, o número de advogadas em cargos de liderança (inclui cargos de coordenação e gestão) equiparou-se com o de advogados, com pequena diferença de 0,4% a favor delas.



Mas a pesquisa pondera que a análise dos dados indica que elas ainda ocupam, na maior parte das vezes, posições de liderança intermediárias, enquanto os homens ainda são a maioria expressiva dos sócios de capital. O índice de mulheres sócias de capital ficou praticamente estável desde a pesquisa de 2017. Segundo Raquel Stein, uma das fundadoras da Women In Law Mentoring Brasil e sócia do escritório Souto Correa, como a diversidade é quase etérea, é importante ter os dados para ligar à realidade. “Quando as pessoas olham a sua volta, olham redes sociais, pode parecer que está tudo bem, mas quando olhamos os



CLIPPING

DATA

06.12.2023

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

25 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

dados vemos que não evoluiu o número de mulheres em sociedade de capital e quando vemos o número de pessoas negras, é aterrador”, afirma.

Em relação ao perfil racial, a pesquisa considera os números “desanimadores”: apenas 4,6% das lideranças são negras, enquanto 91% dos líderes são pessoas brancas e outros 3,7% são de outras etnias. Em relação aos sócios de capital, apenas 0,9% é composto por mulheres negras e 1,8% de homens negros. Em relação a promoções, em 2022 o número de mulheres advogadas promovidas a sócias de capital foi superior ao de homens (54% e 46%, respectivamente). Mas essa realidade se aplica somente a pessoas brancas, segundo a pesquisa, já que o percentual de mulheres negras no total de promoções de escritórios que fazem mapeamento racial foi de apenas 2,8%.

Os indicadores relacionados a gênero têm apresentado melhora em comparação com as pesquisas realizadas em 2018 e 2017, nas quais as mulheres representavam 42,7% e 39,5% das promoções a sócias de capital, respectivamente. Mas o mesmo não aconteceu na questão racial. “Quando a gente diz que já chegou lá, que não tem mais machismo, a pesquisa mostra que não é bem assim. E quando falamos que não tem racismo a pesquisa também indica que muito pelo contrário”, afirma Stein.

Base de dados

A pesquisa escolhe os escritórios que são líderes em alguns mercados, segundo Stein, e mostra muitos homens brancos e poucas pessoas negras. “Hoje 60% da advocacia são mulheres, (a pesquisa) mostra que elas não estão chegando no topo”, afirma. A advogada afirma que a pesquisa foi submetida a 500 escritórios de advocacia e 82 responderam. Essa é a terceira edição da pesquisa, que convidou para participar os escritórios listados no ranking do Chambers & Partners e Análise Advocacia, em algumas áreas, listados pelas práticas nas Regiões Sul e Sudeste, ou com atuação nacional.

Os 82 escritórios de advocacia que participaram têm unidades espalhadas em 14 Estados, somando 9.690 advogados em 2022. O número representa um aumento de 49% em comparação ao número de participantes da pesquisa de 2018 (55 escritórios). A maior parte (44%) são escritórios de até 50 colaboradores (advogados ou não). Também houve maior participação de escritórios com unidades em São Paulo (33%) e no Rio de Janeiro (18%).

Dos escritórios, 67% realizam mapeamento do perfil racial de colaboradores e 44% também fazem para profissionais de outros gêneros além da classificação binária (homem ou mulher). Em relação a políticas de diversidade, 59,8% dos escritórios declaram ter iniciativas ligadas a igualdade de gênero, 51,2% a questões raciais, 50% para o público LGBTQI+, e 37,8% para pessoas com deficiência. Os dados foram coletados por meio de uma pesquisa online realizada em junho e julho de 2023 (dados solicitados relativos aos anos de 2021 e 2022) com os responsáveis pela gestão dos escritórios (foi registrada apenas uma resposta por escritório).

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 06.12.2023 – PÁG. E2

O STF, o FEEF e a desordem tributária

Se o STF passar a adotar orientações efêmeras, sem fixar parâmetros duradouros e confiáveis, promoverá mais desordem na já confusa ordem tributária

Terceiro Neto Parente Miranda e Francisco Secaf Alves Silveira



O Supremo Tribunal Federal, no dia 17 de outubro, finalizou o julgamento da ADI 5635, em que se discutia a constitucionalidade da Lei nº 7.428/2016 do Estado do Rio de Janeiro, que instituiu o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF).

O fundo foi criado com a finalidade de manter o equilíbrio das finanças públicas, devendo os recursos serem destinados, prioritariamente, para o pagamento de remunerações e vantagens de servidores ativos, aposentados e pensionistas do Estado.

O FEEF, entre outras receitas, é composto pelo depósito, pelos contribuintes, de 10% do montante de benefícios fiscais de ICMS concedidos pelo Estado. A lei ainda prevê que falta desse depósito da contribuição para o fundo implica a perda dos benefícios fiscais concedidos pelo Estado. A sua criação causou surpresa na comunidade jurídica, porque, dentre outros fatores, descumpria o artigo 167, IV, da Constituição Federal, que proíbe a vinculação de receita de imposto a fundo, órgão ou programa (princípio da não afetação).

Em diversas oportunidades, o Supremo Tribunal Federal já havia considerado ilegítimo condicionar a manutenção do benefício fiscal a gasto específico, justamente por caracterizar, de forma indireta, vinculação de valores devidos a título de imposto. Foi com base nessas razões que o STF, em 13 de março de 2003, concedeu uma medida cautelar para suspender os efeitos da Lei nº 7.874/2002 do Mato Grosso, a qual determinava que 5% dos benefícios fiscais de ICMS outorgados às usinas produtoras de álcool deveriam ser recolhidos para o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Mato Grosso (ADI 2823).

Alguns anos depois, em 20 de setembro de 2006, a Suprema Corte invalidou a Lei Complementar nº 26/97 do Distrito Federal, que atrelou a concessão de benefício fiscal de ISS, IPTU e IPVA ao recolhimento ao Programa de Incentivo às Atividades Esportivas (ADI 1750). Também em 2006, novamente em razão da violação do princípio da não afetação, o STF reconheceu a inconstitucionalidade da Lei nº 13.670/2002 do Paraná, que estabelecia uma fração do benefício fiscal de ICMS concedido às indústrias de confecção, fiação e tecelagem deveria ser recolhido para apoiar os produtores e pesquisas do algodão (ADI 2722).

Em 18 de dezembro de 2019, o tribunal declarou a inconstitucionalidade da Lei nº 4.546/2005 do próprio Estado Rio de Janeiro, que exigia a contribuição para o Fundo de Aplicações Econômicas e Sociais do



CLIPPING

DATA
06.12.2023

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
27 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Estado (FAES), em contrapartida à concessão de créditos de ICMS, mais uma vez por caracterizar indevida vinculação de receita de imposto (ADI 3550).

Mais recentemente, em 8 de maio, reafirmando a jurisprudência consolidada da Corte, foi reconhecida a inconstitucionalidade da Lei nº 10.325/2019 do município de Goiânia, por condicionar a manutenção do benefício fiscal de ISS ao recolhimento para Programa Goiânia Tecnologia (Agravo Regimental no ARE 1326785). Nesse contexto, ao apreciar a ADI 5635, esperava-se que o STF aplicasse o seu entendimento, para reconhecer a inconstitucionalidade do FEEF, que foi constituído a partir de recolhimentos, por parte dos contribuintes, de um percentual de benefício fiscal de ICMS.

No entanto, o STF, por sete votos a três, considerou constitucional o FEEF, rompendo com o posicionamento adotado ao longo de décadas. O voto vencedor, do ministro Relator Luís Roberto Barroso, sustentou que o fundo fluminense seria atípico, sem destinar recursos a um programa específico, não se aplicando para essa situação a vedação do artigo 167, IV, da Constituição Federal. Trata-se de um precedente perigoso, pois, a rigor, relativizou-se a aplicação do princípio da não afetação para o que chamou de “fundos atípicos”, apesar de a norma constitucional simplesmente proibir a vinculação de receita de imposto a fundo, sem trazer qualquer ressalva nesse sentido.

O julgamento terá uma grande repercussão no país, considerando que diversos outros Estados também instituíram seus respectivos fundos de equilíbrio fiscal vinculados a benefícios de ICMS. Na Paraíba e no Rio Grande do Norte, os aludidos fundos, inclusive, já foram declarados inconstitucionais pelos correspondentes Tribunais de Justiça. Além disso, a repentina ruptura de entendimento no STF contribuiu para a sensação de insegurança jurídica e promove complexidade para o sistema tributário brasileiro.

O STF tem a missão de, em última instância, definir o sentido que devem ter as normas constitucionais que estruturam o sistema tributário nacional. Se a Corte não segue seu próprio entendimento e não resguarda aqueles que o seguiram dos efeitos da sua mudança de direção, instaura-se um estado de desnorteamento e instabilidade na comunidade social. A incerteza em relação aos limites e ao conteúdo normativo da Constituição - gerada com a oscilação de jurisprudência e consequente inconstância interpretativa - conduz ao desconhecimento do próprio Direito, afetando a previsibilidade das consequências tributárias.

Se o STF passar a adotar orientações efêmeras, sem fixar parâmetros duradouros e confiáveis, aumentará o grau de desinformação da sociedade em relação ao sistema jurídico e promoverá mais desordem na já confusa ordem tributária, colaborando para a sensação de caos fiscal no país.

DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

Dia 06 de dezembro – Dia Nacional da Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres

O Dia Nacional da Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres (06/12) foi instituído no Brasil pela Lei nº 11.489/2007, para sensibilizar os homens sobre seu papel para a eliminação das diversas violências que atingem as mulheres. A medida é necessária, dentre outros motivos, porque diversas pesquisas demonstram que este ainda é um fenômeno crônico no cotidiano das mulheres brasileiras. O Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial de feminicídio, segundo dados da Organização das Nações Unidas de 2016.

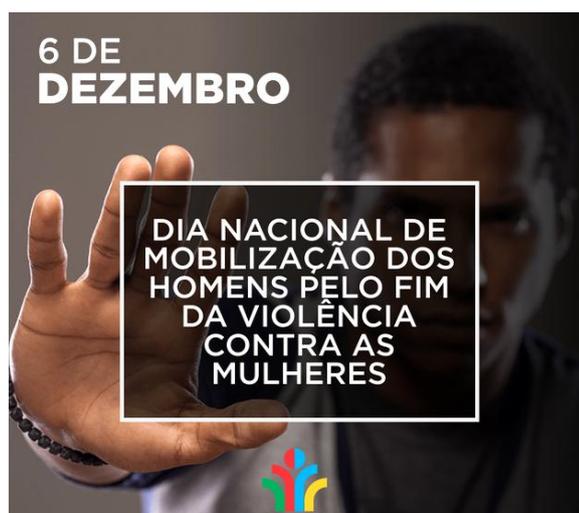
O patriarcado como sistema opressor estabelece não apenas um modelo de sociedade que auxilia na (re)produção das violências contra as mulheres mencionadas na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) ou as que ocorrem por padrões culturais de designações dos gêneros. Gerda Lerner destaca, na obra “A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens”, de 1986, que as mulheres são invisibilizadas como produtoras de uma cultura.

Neste contexto, Psicólogas(os) devem atuar de forma implicada e contextualizada, em conformidade com o Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005) no que diz respeito à promoção de saúde e qualidade de vida das pessoas e das coletividades, contribuindo para “a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”, com responsabilidade social e análise crítica e histórica da realidade política, econômica, social e cultural.

Este é um fenômeno multifacetado, com raízes histórico-culturais, permeado por questões étnico-raciais, de classe, território e de geração. Isso significa, também, que as(os) profissionais também estão sujeitas(os) a eventuais reproduções de padrões de comportamentos selecionados pela cultura, especialmente quem se beneficia com tais padrões.

Por isso, deve-se permanecer sensível a fim de evitar possíveis interferências de suas próprias histórias de vida durante os atendimentos. Um processo de auto-observação deve permear todo o processo de escuta de modo a não negligenciar as mulheres atendidas.

Além disso, a acolhida das mulheres em situação de violência por parte de Psicólogas(os), nos diversos espaços de atendimento, torna-se um importante instrumento de apoio durante todas as ações realizadas, evitando possíveis violências institucionais e a revitimização.





CLIPPING

DATA
06.12.2023

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
29 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Homens Autores da Violência

Um importante avanço no que tange à superação das violências contra as mulheres foi a alteração no artigo 22 da Lei Maria da Penha, que estipulou o comparecimento obrigatório do autor das violências a programas de recuperação e reeducação. Com esta mudança, após ser autuada pelo crime, a pessoa é direcionada para as Varas de Família, de Execução Penal e a Centros Especializados de Atendimento, para orientação e diálogos acerca do fenômeno das violências contra as mulheres. Além de possibilitarem mudanças significativas nas pessoas autuadas pelo crime, estas ações também ressaltam a necessidade da inserção do homem nesta luta, tanto como agente quanto como possível mobilizador da luta contra as violências que atingem as mulheres.